



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2014	15h20min	96 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 6^a LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 96^a
(NONAGÉSIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 95^a Sessão Ordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2014	15h20min	96 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	2

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PEN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, colegas e amigos da Casa, subo nesta tribuna para falar sobre a matéria do *Correio Braziliense* que se refere às alterações na legislação que, supostamente, iriam inviabilizar a reforma política proposta pelo então virtualmente já eleito Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg.

Primeiro, eu quero relembrar que a nossa proposta foi discutida no Colégio de Líderes com bastante antecedência, antes da eleição do governador que vai assumir a partir do dia primeiro. Nós tínhamos simpatizantes dos dois segmentos, dos dois candidatos no segundo turno, quando fizemos essa leitura, já que os dois candidatos defendiam a mesma coisa. Então, não se trata em nenhum momento de inviabilizar o Governo Rodrigo Rollemberg, como foi colocado.

Segundo, eu não me importo de apresentar matérias como sendo de minha autoria, embora fossem de vários Deputados. Não tem problema, nunca tive receio de assumir aquilo que defendo, sempre defendi aquilo desde 1999. Tenho certeza de que o Governador Rodrigo Rollemberg – se assim já podemos chamá-lo – também concorda. Se não, vou ler uma emenda – que eu quero que todos observem – da lavra do então Deputado Distrital Rodrigo Rollemberg, de 1999, quando o projeto que nós revogamos usurpou as funções da Câmara Legislativa. Rodrigo Rollemberg era Deputado nesta Casa e fez uma proposta idêntica àquela que eu apresentei, aqui está a cópia. Vou ler a justificativa do então Deputado Rodrigo Rollemberg:

"Atenção, esta é mais uma aberração. Nenhuma das medidas antes propostas se iguala em gravidade à presente. É a mais desbragada tentativa do Governador Joaquim Roriz de se apossar de poderes imperiais. É o desejo de ressuscitar o decreto-lei ou de instituir por via reflexa o projeto de lei delegada, vedada pela Lei Orgânica do Distrito Federal. Enfim, é a tentativa de governar sem a participação do Poder Legislativo.

Se aprovada, vai permitir ao Governo do Distrito Federal alterar, por decreto, completamente, a administração do Distrito Federal, inclusive permitir a fixação de competência de órgãos ou entidades e, pasmem – segundo o então Deputado Rodrigo Rollemberg –, vai permitir até a criação ou extinção de cargos públicos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2014	15h20min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Enfim, trata-se de dispositivo inconstitucional que delega competência ao governador para regulamentar, por decreto, matéria passível de tratamento apenas por lei.

O art. 58, incisos III e VII da Lei Orgânica do Distrito Federal, estabelecem que apenas leis votadas pela Câmara Legislativa e sancionadas pelo governador podem tratar de estruturação, fixação de competências de secretarias, bem como a criação e fixação de atribuições dos cargos públicos.

Por outro lado, em esforço, o art. 71, § 1º da mesma Lei Orgânica determina que as leis para criação de cargos e fixação de atribuições, bem como aquelas destinadas a estabelecer as atribuições e competências das secretarias de governo, só podem ser de iniciativa do Poder Executivo.

Assim, é cristalina a conclusão segundo a qual o artigo que ora se propõe suprimir flagrantemente a inconstitucionalidade, até porque representa a renúncia da competência por parte do Poder Legislativo.

Por último, o mencionado artigo afronta o art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que veda a delegação de atribuições entre poderes, tudo para assegurar a necessidade, a independência e a autonomia entre eles”.

Portanto, tudo aquilo que foi apresentado no nosso projeto é exatamente o que o governador eleito defende. Eu tenho certeza, pelo que vi nas matérias sobre o assunto, que em todas as vezes ele falou que era favorável a isso, inclusive durante a campanha.

Diante disso, eu quero dizer às pessoas que muitas vezes de forma afobada se precipitam a escrever aquilo que não entendem que, na verdade, o que fizemos aqui foi só colaborar, e temos colaborado para que tenhamos uma relação republicana entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo. Entre essas atribuições, o restabelecimento da capacidade da Câmara Legislativa do Distrito Federal de discutir a estruturação do governo e de cargos no governo do Distrito Federal. Esta Casa nunca se furtou em votar em 12 horas, em 48 horas, em 72 horas qualquer projeto do Executivo, quando ele os apresentou em regime de urgência. Também acabamos, de uma vez por todas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, com aquilo que, provavelmente, é o que mais torna a Câmara Legislativa frágil, que são as emendas parlamentares.

Portanto, é necessário que aprovemos o orçamento impositivo. Eu quero até aproveitar – eu tenho três mandatos nesta Casa – para dizer que se há alguém que vem fazer propostas indecorosas, esse alguém é sempre o Executivo com relação aos Parlamentares, porque as emendas são apresentadas pelos Deputados, e o Poder Executivo, quando necessita do voto dos Deputados ou quer aprovar alguma coisa nesta Casa, vem aqui fazer pressão barganhando a execução das emendas em troca da votação dos projetos que são do seu interesse e dessa forma não se pode ter uma relação republicana. Aquilo que for apresentado como proposta de Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2014	15h20min	96 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	4

na área de educação, na área de ensino e de infraestrutura básica não pode ser objeto de negociação, porque é demanda da população, não é demanda do Parlamentar.

Sr. Presidente, para concluir, quero deixar bem claro aos companheiros que a iniciativa foi de todos os Parlamentares, apesar de o *Correio Braziliense* informar que era da minha autoria. Eu até me sinto lisonjeado com isso, mas realmente eu conversei com algumas pessoas. De qualquer forma, não tem problema, pode colocar que é da minha autoria que eu me sinto muito tranquilo, porque tenho certeza de que vou colaborar bastante com os princípios republicanos do Brasil, começando por Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Alírio Neto, obrigado.

Esta Presidência gostaria de cumprimentar os concursados da Secretaria da Cultura aqui presentes na expectativa da nomeação para as funções as quais foram habilitados por concurso público.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje pela manhã, estava acompanhando uma reportagem da CBN sobre a regulamentação do ponto de táxi do aeroporto.

Sobre essa regulamentação, quero dizer que o Secretário de Transportes, José Walter, achou por bem não regulamentar. O que está acontecendo lá? Está ocorrendo pirataria. Eu acompanhei a entrevista da Presidente do sindicato. E o que acontece? Ilegalmente, Deputado Alírio Neto, o que vai acontecer lá? Vai ocorrer o que já ocorre em outros estados. Há o táxi especial, que cobra 38% mais caro. Suponhamos que você saia do Aeroporto e venha para o Sudoeste. Você vai lá, paga R\$100,00 e vem para o Sudoeste. Há também aquele outro táxi simples, que você pega e vem para o Sudoeste. Lá chegando, paga o valor, que pode ser R\$80,00, R\$110,00, ou outro valor.

O que está acontecendo lá? Ainda não saiu a regulamentação. O Secretário ainda não citou quais serão as normas. O que está acontecendo? Quando o passageiro chega para pegar as suas bagagens, ele é monitorado por agentes que, ilegalmente, devem estar lá dentro onde as bagagens estão sendo retiradas, já se dirigindo a esse tipo de operação, que ainda não está regulamentada. Aí, Deputado Chico Vigilante, o cidadão paga por uma coisa que ainda não está certa. Pega o táxi e vem para o seu destino. Aquele trabalhador que veio aqui à Câmara Legislativa, onde aprovamos uma lei após trabalharmos quatro anos junto com o Governo do Distrito Federal para ajudar a acabar com as injustiças, o que está acontecendo com ele? Ele está sem operar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2014	15h20min	96 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	5

Portanto, Deputado Chico Vigilante e Deputada Arlete Sampaio – a senhora como Líder do Governo e o Deputado Chico Vigilante com o telefone vermelho –, têm de agir e ligar para o Secretário para ele tomar uma providência e dar um basta nessa picaretagem que está ocorrendo lá no Aeroporto.

Segundo a presidente do sindicato, o entendimento do Secretário é que isso ficará para o próximo governo, que iria levar esse problema todo para o governo de transição. Acho que é até uma atitude sábia dele.

A gente está aí trabalhando – o Governo do Distrito Federal tem trabalhado – para resolver o problema do transporte urbano, o transporte de quem necessita de um táxi. Para isso, tem que haver a regularização, e é importante que a gente dê as diretrizes; mas antes das diretrizes, não pode, de maneira alguma, uma empresa operar.

Eu não entendo isso, Deputada Arlete Sampaio, porque, no meu entendimento, se vai haver uma empresa operadora do sistema, tinha que haver uma licitação pública e até o momento isso não foi feito.

Portanto, eu espero que a Líder do Governo e o nosso amigo, Deputado Chico Vigilante, que é um homem preocupadíssimo com os taxistas, entrem em ação para que tenhamos uma solução o mais rápido possível.

Era somente isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Olair Francisco.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu, ultimamente, embora sendo assinante do periódico *Correio Braziliense*, fiquei muito chateada com a atitude que esse órgão da imprensa teve no processo eleitoral, pois francamente, abertamente, esteve fazendo campanha para um candidato que não era a minha candidata. Não queria que fizesse da minha também. Queria que fosse absolutamente imparcial, o que não aconteceu com o órgão que deveria primar por prestar informações e não tentar fazer a cabeça da população.

Na semana passada, fiquei até admirada, porque havia uma pequena matéria de chamada de capa, depois internamente uma matéria até significativa, que falava de um crescimento extremamente significativo das desigualdades sociais no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2014	15h20min	96 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	6

mundo e dizia que na América Latina isso não estava acontecendo; ao contrário, estavam sendo reduzidas as desigualdades sociais, em particular no Brasil.

Acho que isso explica a disputa acirrada que tivemos nas eleições presidenciais neste país. De fato, o relatório Oxfam, que todos deveriam ler, demonstra cabalmente isso. Hoje nós temos um crescimento exorbitante da desigualdade social e da extrema pobreza nos Estados Unidos, enquanto no Brasil nós reduzimos para mais da metade as desigualdades sociais e a extrema pobreza. Então, eu acho que é o reconhecimento de uma política nova, que não guarda relação com o neoliberalismo, com a chamada austeridade, que só visa à redução de gastos públicos, ao desemprego, à privatização e a outras medidas que conhecemos fartamente nos anos noventa neste País. Mais animada ainda eu fiquei, Sr. Presidente, quando eu assisti ao Papa Francisco se dirigir a movimentos sociais e lhes dizer que era preciso que a Igreja defendesse a dignidade humana para todas as pessoas, que defendesse o direito de todos à moradia, que defendesse o direito de todos ao trabalho e ao salário digno. Eu falei: "Esse é um papa antenado com a realidade do mundo". Parabéns ao Papa Francisco! Tenho total identidade com a pauta que ele defendeu.

Outra coisa me deixou muito animada: no Reino Unido, votou-se finalmente a regulamentação da mídia. Hoje, além da França, da Itália, do México e da Argentina, o Reino Unido também, entre outras nações do mundo, possui uma regulamentação da mídia. Algumas pessoas não entendem, pensam que regulamentar a mídia é restringir a liberdade de expressão, e não é nada disso. Então, eu fico feliz que tenha acontecido também esse fato novo no Reino Unido.

Por último, fiquei muito feliz quando o Conselho de Segurança da ONU, por mais de 180 votos, defendeu o fim do embargo a Cuba. Apenas quatro pequenos países da América Central se abstiveram e apenas dois votaram pela manutenção do embargo, inclusive, obviamente, os Estados Unidos.

Então, acho que há a possibilidade – e sonho com isso – de ventos novos acontecerem no mundo. Isso muito me alegra, porque é preciso varrer da face da Terra essa cultura de que só existe uma única política como saída para o mundo: as políticas neoliberais.

Penso que nós pudemos alimentar, com a reeleição da Presidenta Dilma, essa chama que se acende para construirmos um mundo mais justo, mais igualitário, que dê realmente oportunidade a todas as pessoas. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2014	15h20min	96 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	7

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, todos que estão na tribuna, colegas e amigos. Sr. Presidente, hoje eu venho falar de uma questão que tenho levantado nesta Casa e que finalmente os cientistas e o mundo inteiro estão discutindo de outra forma: as mudanças climáticas.

Apesar de esse ser um tema que, muitas vezes, passa desapercebido por todos nós, os cientistas do mundo e a ONU, nesse fórum que está acontecendo agora, alertam que já é irreversível a mudança e que temos de tomar atitudes sérias e drásticas na questão da emissão.

Eu quero ressalvar, Sr. Presidente, que temos uma lei aprovada nesta Casa chamada Política Distrital de Mudanças Climáticas. É realmente um documento extenso, formulado com mais de trinta instituições ao longo de dois anos, que foi aprovado integralmente por esta Casa e vetado em sua grande parte pelo governo.

Eu gostaria de dizer aos colegas que, neste momento, quando o mundo todo debate, todo o mundo, temos aqui a possibilidade de dar o exemplo. Essa lei é extremamente moderna e inovadora. Inclusive está sendo feito um levantamento das emissões no Distrito Federal, com uma proposta muito importante de meta de diminuição das emissões.

Aqui dois elementos são extremamente importantes para isso: de um lado, o transporte, os carros, a emissão a partir desses veículos que usam combustível fóssil; do outro lado, as queimadas. Então, são duas emissões extremamente importantes. Nós estamos enxergando, aqui no Distrito Federal, esse processo acontecendo de forma muito acelerada.

Eu queria ressalvar também, Sr. Presidente, que, aqui no Distrito Federal, em determinada época do ano, temos um clima desértico e nós vamos sentir muito mais esse clima que temos aqui. A umidade relativa do ar chega a 13%, a 15%, e a temperatura vai a 32°, a 35°. Deputado Prof. Israel, a mudança de 2º apenas, que é o que se prevê e é o que está acontecendo, pode trazer verdadeiras catástrofes para nossa Capital. Neste ano, aconteceu o primeiro tornado da história do Distrito Federal, um tornado nesta cidade, e ninguém presta atenção.

Nós temos nas mãos um instrumento extremamente importante para que a nossa Capital da República dê exemplo, que é o projeto da Política Distrital de Mudanças Climáticas. Ele está aqui. É preciso derrubar uma parte do voto. O voto foi parcial, não foi ao projeto inteiro, foi ao capítulo que trata da mobilidade, Presidente. Então, eu queria fazer um apelo aos colegas para, fazendo isso, darmos esse exemplo aqui em Brasília. Nós estamos com o instrumento nas mãos. Deputado Prof. Israel, V.Exa. está hoje muito ligado à questão ambiental. O Deputado Cláudio Abrantes trabalhou aqui na Frente Parlamentar Ambientalista. Espero que possamos deixar esse legado e uma política inovadora nesta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2014	15h20min	96 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	8

Sr. Presidente, isso é uma coisa extremamente importante. Tenho falado, tenho batido nesta tecla: precisamos nos preocupar com isso. Está acontecendo, é verdade, é na nossa cidade, é no nosso País, é no nosso planeta. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Joe Valle.

Convido para fazer uso da palavra o Deputado Chico Vigilante pela Liderança do Bloco Parlamentar PT/PRB.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na tarde de hoje, vou falar de dois assuntos.

Primeiro, quero falar de um cidadão muito falador aí, que fala pelos cotovelos. S.Exa., que gosta tanto de americano, que dá tanto exemplo de americano, devia seguir o que é feito pela Suprema Corte Americana. Os juízes da Suprema Corte Americana falam nos autos do processo. Ninguém vê juiz da Suprema Corte Americana dando palpites, dando entrevista ou se posicionando. A posição deles é conhecida através do voto quando são chamados para tal ato.

No caso aqui, Deputada Arlete, falo do Sr. Gilmar Mendes, que, mais uma vez, vem com uma fala tresloucada dizendo que a Presidenta Dilma Rousseff quer transformar a suprema corte brasileira numa corte bolivariana. Isso é um despautério, uma coisa vergonhosa! O Sr. Gilmar Mendes deveria ter assumido que a sua fala era no sentido de proteger, de amedrontar, de aterrorizar para que seja aprovada a tal PEC da Bengala. Na verdade, o que S.Exa. quer é a PEC da Bengala. S.Exa. quer ficar mais cinco anos na suprema corte brasileira.

S.Exa., que é um tucano, foi advogado-geral da União na época do Sr. Fernando Henrique, é um tucano de alta plumagem, ataca e ainda se dá ao luxo de querer brigar com um país vizinho, de querer dar palpite de como a Venezuela deve funcionar. A Venezuela, Deputado Alírio Neto, tem um congresso funcionando, tem um presidente eleito pelo povo, tem uma suprema corte escolhida de acordo com a constituição venezuelana. Lá, os parlamentares foram eleitos através do voto do povo. Portanto, a melhor coisa que o Sr. Gilmar Mendes deveria fazer neste momento era ficar calado. Acho que o Brasil inteiro tinha que dizer como o rei da Espanha disse uma vez para o Chaves: "Cala a boca, Gilmar!". S.Exa. fala bobagem demais, interfere em assuntos que não são da sua alçada.

Então, o que S.Exa. está defendendo é PEC da Bengala, e aí tenta dizer que a Presidenta vai nomear uma corte bolivariana.

O segundo ponto são as matérias que os jornais, especialmente o *Correio Braziliense*, têm publicado, a cada instante, com relação à posição do PT. Tenho afirmado o tempo todo, e ontem a executiva do PT reafirmou, que, na verdade, Deputado Alírio Neto, o PT está seguindo o que os eleitores determinaram. Os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2014	15h20min	96 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	9

eleitores mandaram o PT ir para a oposição, disseram ao PT que tinha de ser oposição, uma oposição firme, corajosa, propositiva e fiscalizadora. É isso que o Partido dos Trabalhadores vai fazer.

Eu sempre disse – esta é a minha prática – que não faço no governo aquilo que não faço na oposição ou não faço na oposição aquilo que não posso fazer no governo. Só que há um problema sério no Distrito Federal: duas pessoas – tanto o Sr. Rodrigo Rollemberg, futuro Governador do Distrito Federal, quanto o Sr. Reguffe –, ambos ex-Deputados Distritais, galgaram altos postos na política brasileira falando mal do Poder Legislativo. Essa é a prática de sempre. A Câmara Legislativa é igual a Geni: todo mundo quer dar uma pancada nela. Portanto, a hora é de ela se reafirmar como um poder independente e soberano. E é isto que a bancada do Partido dos Trabalhadores fará aqui: oposição corajosa, fiscalizadora e propositiva. Até porque governo que não tem oposição é ditadura. Estaremos firmes aqui e nas ruas, não fazendo o que determinados elementos do PSDB fazem hoje, que é não reconhecer a vitória da Presidenta Dilma.

Nós reconhecemos a vitória do Sr. Rodrigo Rollemberg. Os eleitores o escolheram no segundo turno, portanto, ele será o governador do Distrito Federal. Mas os eleitores, ao mesmo tempo, mandaram o Partido dos Trabalhadores para a oposição. Não adianta nos mandarem para a oposição e querermos, agora, pegar uma carona no “caminhãozinho” do governo. Não é correto esse papel. Por isso, exerceremos a nossa oposição de maneira ativa e soberana neste Poder Legislativo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Como há *quorum*, indago aos Srs. Parlamentares se podemos adentrar de imediato a pauta ou se há algum Parlamentar que queira se manifestar.

Não havendo mais inscritos, passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PEN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, respondi a cinco processos por improbidade. Ao primeiro, quando fui administrador do Guará, porque derrubei pés de ficus que estavam cercando uma área verde. O proprietário da casa que estava fazendo essa ocupação irregular é procurador do Ibama, e a Deputada Arlete Sampaio era, na época, minha chefe. Respondo, até hoje, a essa ação. Por ter derrubado pequenos pés de ficus, que não é uma planta natural do Brasil. Ele entrou com o processo, fui absolvido em primeira instância e ele recorreu.

Respondo a uma outra ação, que também ganhei. Quando assumi a Presidência desta Casa, cinquenta por cento dos cargos comissionados não eram de carreira, conforme determinava uma emenda parlamentar do Deputado Magela à Lei



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2014	15h20min	96 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	10

Orgânica. Todos os outros presidentes não obedeceram a essa determinação, e eu, em um ano, coloquei 51% de servidores concursados. O próprio Deputado Magela, que foi presidente, fez a lei e não a cumpriu, não respondeu a uma ação dessa. Eu respondi por improbidade e ganhei na Justiça. O Meritíssimo Juiz Álvaro Ciarlini me absolveu. É preciso ter moral para ser absolvido pelo Álvaro Ciarlini, não é?

Respondo a uma ação, também, junto com o Deputado Paulo Tadeu e outros membros da Mesa, pela questão de uns cargos no Fascal, de uns médicos, porque tínhamos dificuldades... Também fui absolvido. E agora respondo a uma ação por uma viagem que fiz a Goiânia, com um grupo de Deputados, para fazer um debate. O Ministério Público me processou porque viajei a Goiânia. E vou ganhar, vou ganhar mais essa, tenho certeza. Vou ganhar, porque o cidadão brasileiro pode ir aonde quiser. Posso ir a qualquer lugar que eu quiser e não tenho que responder para Ministério Público nenhum.

E agora respondo a uma ação por ter pago, administrativamente, os 11,98%. Eu queria falar sobre isso com vocês, Deputados, servidores, imprensa que está aqui.

Eu, realmente, por intermédio da minha assessoria, paguei os 11,98%, até porque peguei a Câmara Legislativa, como Presidente, na época, com dez anos de quebra na Lei de Responsabilidade Fiscal. Fazia dez anos que a Câmara não conseguia se enquadrar. Entramos em um projeto junto com o próprio PT, partido do Vice, na Mesa, para enquadrar a Casa. Fizemos muitas ações que não foram simpáticas: reduzimos em 10% o número de cargos comissionados, fizemos um plano de demissão voluntária, ficamos muito tempo sem dar nenhum tipo de vantagem aos servidores. Aí a associação entrou com um pedido para pagar os 11,98% e, nesse pedido, tinha a cópia de uma decisão de outro órgão federal que havia pago administrativamente. É um órgão federal muito conhecido: STF – Supremo Tribunal Federal. Nesse processo, havia também uma cópia da decisão do Tribunal de Contas da União, que também pagou administrativamente. Pedimos para fazer o processo e tudo o mais... Vinha da área federal. Já havia um processo no Poder Judiciário, já estava judicializado, e havia um parecer favorável do Ministério Público, para se pagar administrativamente, assinado pela Dra. Maria Aparecida Donati Barbosa, Subprocuradora-Geral do Distrito Federal. Ela achava que poderia pagar administrativamente. Está dentro do processo.

Depois, teve também os pareceres dos procuradores da Casa, dizendo que poderia ser pago administrativamente, e eu o fiz. Os servidores receberam, e tudo bem.

Passou um tempo, o Tribunal de Contas mandou a primeira inspetoria aqui para a Casa. Veio a primeira inspeção, e ela disse que estava correto. O Ministério Público, não contente, pediu para vir a segunda. Veio a segunda inspeção e o segundo inspetor disse que estava correta a forma de pagar. Então, duas inspeções



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2014	15h20min	96 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	11

de servidores concursados do Tribunal de Contas disseram que estava correto, e foi aprovado.

O Tribunal de Contas, na aprovação, recomendou aos outros órgãos que, se agissem da mesma forma em Brasília, fizessem como a Câmara Legislativa fez. E para minha surpresa, gente, não só os órgãos de Brasília, mas os órgãos da área federal resolveram adotar o mesmo mecanismo da Câmara Legislativa. Sabem qual foi o órgão que, em seguida, pagou administrativamente? A Procuradoria Geral da União, por meio do Dr. Roberto Gurgel. Pagou igualzinho à Câmara, conforme o Tribunal de Contas havia pedido. Ou seja, tudo aquilo que fizemos aqui passou a ser referência. Quem começou foi o STF; depois, o Tribunal de Contas e nós, aqui, com essa documentação toda.

Nesta semana, fui surpreendido com a notícia de que o Ministério Público entrou, depois de sete anos – na minha opinião, já está prescrito – com uma outra ação, mas não tem problema: vou ganhar também. Vou ganhar mais essa. Vai ficar bacana. São cinco ações. Já ganhei três, vou ganhar a quarta e vou ganhar essa da viagem para Goiânia, que – tenho certeza – é ridícula.

Então, quero dizer para vocês que achei estranho ele colocar no pólo ativo o Ibanez, que era o advogado da ação, o Dr. Estéfano, a Dra. Roberta e um servidor daqui, que não sei se é de carreira, nem conheço direito. Acho até que era ligado ao Sandro, que era ligado ao Brunelli, uma pessoa que não tinha uma relação muito boa na Casa, como todos sabem.

Ele se esqueceu de colocar a Procuradora, Dra. Maria Aparecida Donati Barbosa, que dá o parecer favorável dentro do processo. O resultado desse processo foi homologado na Justiça, e esqueceram de colocar o juiz que o homologou e o Dr. Roberto Gurgel, que copiou a mesma decisão daqui. Esqueceram de colocar o Presidente do Supremo também.

Eu só pretendo chamar essas partes de passivas, junto comigo, no processo. O meu advogado já falou para chamarmos...

Estou falando sobre isso, gente, para percebermos como a situação no País está complicada. Tudo isso demanda um custo. Essas ações que tenho ganhado sucessivamente, contra o Ministério Público, têm um custo no meu patrimônio, no patrimônio da minha família. E ser gestor público hoje neste País está muito difícil. Eu respondo a uma ação de 1997 porque impedi uma ocupação de área pública com fícos de 400 m² no Guará. É por isso que as pessoas não querem mais entrar na vida pública. As pessoas não querem ser gestores públicos porque você sempre acaba... Quem é gestor público competente e trabalha para valer acaba sempre respondendo a alguma ação. E aí eu fico perguntando: qual é o intuito disso? E qual a responsabilidade que tem alguém que entra com uma ação sabendo que vai perder e sabe que não é obrigada a indenizar os advogados, a perda dos danos morais que eu vou ter novamente? Por que eu não tenho o direito de processar essas pessoas? Por



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2014	15h20min	96 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	12

que elas não são obrigadas a me indenizar? Se elas sucumbem, por que elas não são obrigadas a pagar à parte o que ganham? Por que não? É simples. E aí fica a pergunta: por que efetivamente quem está na vida pública tem sempre essas situações?

Nós temos, com certeza, Sr. Presidente, que discutir essa relação, até porque, para concluir, quero dizer a vocês que o maior escândalo da história de Brasília foi a Pandora. E havia dois membros do Ministério Público dentro da Pandora. Deputados foram cassados, o governador foi preso, sabe o que aconteceu com os membros do Ministério Público? Recebem o salário até hoje lá dentro do Ministério Público. Recebem o salário sem fazer nada. Não foram cassados, não perderam o cargo público e recebem o salário todo mês. Estão ali naquele prédio do lado recebendo o salário. Podem ir lá. Recebem o salário todo mês. Quando eu construí esse prédio aqui, era Presidente da Câmara, todo mundo questionou o preço desse prédio. Foi R\$2.700,00 o metro quadrado do prédio da Câmara Legislativa. Fui eu que fiz. Faltaram três meses para terminar. Sabe quanto foi o preço daquele prédio que está lá, o metro quadrado? Pesquise para você ver. Foi construído por último. Pesquisem quanto foi o metro quadrado. Foi R\$2.700,00 o metro quadrado desse prédio aqui. Sabem quanto foi o metro quadrado do prédio da Procuradoria que está lá embaixo? Quase o dobro do preço que foi construído e foi construído seis anos antes. Quase o dobro deste aqui. Por que ninguém fala sobre isso? Por que ninguém fala sobre o salário dos dois procuradores que estão afastados da Pandora e que recebem sem trabalhar? E quem paga somos nós, cidadãos deste País.

Chegou a hora de a gente fazer uma discussão sobre essas coisas. Quero agradecer a paciência dos companheiros e dizer que eu não tenho receio, não. Vou ganhar mais essa. E vou ganhar todas porque eu trabalho de forma séria e tenho uma equipe séria e confio nos meus companheiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputado Alírio Neto.

Indago aos Srs. Parlamentares se há algum outro Parlamentar que queira se manifestar.

Não havendo parlamentar, entraremos na Ordem do Dia.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Pode, Deputado, eu fiz aqui, insistentemente, a indagação se algum Parlamentar gostaria de se manifestar.

Então, concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2014	15h20min	96 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	13

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, realmente eu estava desatento assinando os requerimentos ali com a assessoria.

Sr. Presidente, de uma maneira muito breve, eu não poderia deixar que este tema passasse em vão. Sei que todos aqui nesta Casa têm compromisso com o serviço público. Diversas categorias estiveram aqui nesta Casa ao longo desses quatro anos, diversas categorias foram atendidas, diversos pleitos, mas todos sabem do apreço que eu tenho pela cultura. E eu não poderia deixar de vir aqui e não me manifestar por esses trabalhadores, por esses concursados da Secretaria de Cultura. Naturalmente que o simples fato... E temos vários Deputados que militam na área dos concursos, como o nosso querido Deputado Prof. Israel Batista, o Deputado Chico Leite, enfim, todos os outros.

Estamos aqui diante de pessoas que dedicaram muito de sua vida, recursos financeiros, individuais também, e eles estão aí num ponto que necessitam, sim, desta nomeação. Sr. Presidente, quero dizer que essas nomeações são tão importantes para eles quanto para a cultura do Distrito Federal. A Secretaria de Cultura trabalha há duas décadas com um efetivo em que muitos já estão se aposentando ou foram requisitados para outros órgãos. Hoje nós temos uma dificuldade imensa na Secretaria de Cultura para dar vazão a processos importantes como o próprio FAC e a recente implantação da Lei de Incentivo à Cultura. E esta Casa, nesta legislatura, teve um papel preponderante na sua confecção, no debate e na elucidação.

Então, hoje, a secretaria funciona muito à base de comissionados. Com todo respeito aos comissionados e à competência deles, sabemos que o ideal é que tenhamos um corpo técnico formado para atender a essas necessidades básicas de programas que são básicos. Não acredito que algum governador que venha a entrar no futuro vá pensar em acabar com o FAC – esta Casa também fez uma defesa do FAC – ou com a lei de incentivo. Isso é para dar somente dois exemplos da necessidade urgente que temos de servidores lá na Secretaria de Cultura.

Eu sei que é o posicionamento de todos aqui. Eu sei que a Casa sempre lutou pelo servidor público. Eu gostaria de pedir que esta Casa também se manifestasse a favor dos concursados da Secretaria de Cultura, seja com uma moção ou com ações diretamente ligadas à Secretaria de Administração para que esse concurso seja finalmente concluído. Conclusão significa nomeação desses trabalhadores. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2014	15h20min	96 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	14

Item nº 70:

Apreciação do voto total ao Projeto de Lei nº 248, de 2011, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a participação de empregados nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, e demais empresas em que o Distrito Federal direta ou indiretamente detém a maioria do capital social com direito a voto e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2014	15h20min	96 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	15



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº J, DE 2014 - CCJ

**Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº
248/2011, que dispõe sobre a participação de
empregados nos conselhos de administração das
empresas públicas e sociedades de economia
mista, suas subsidiárias e controladas e demais
empresas em que o Distrito Federal, direta ou
indiretamente, detenha a maioria do capital social
com direito a voto e dá outras providências.**

"AD HOC"
Relator: Deputado Chico Leite - Cláudio Vigilante

Pela Mensagem nº 60/2014-GAG (fls. 53/54), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 248, de 2011, de autoria do Deputado Chico Vigilante, apensos o Projeto de Lei nº 771, de 2012, de autoria do Deputado Joe Valle, o Projeto de Lei nº 832, de 2012, de autoria do Deputado Chico Leite e o Projeto de Lei nº 1685, de 2013, de autoria do Deputado Joe Valle, que "dispõe sobre a participação de empregados nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que o Distrito Federal, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e dá outras providências".

A proposição foi aprovada com modificações, ficando a redação final conforme fls. 42/45.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2014	15h20min	96 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	16

2

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**, sob o argumento de que a proposição encontra óbices na Lei Orgânica do Distrito Federal (art. 71, § 1º, IV) e na Constituição Federal (art. 24, §§; art. 173, § 1º, I).

Do ponto de vista da Constituição Federal há dois aspectos a serem analisados. O primeiro diz respeito ao fato de que as empresas públicas e sociedades de economia mista de qualquer ente da Federação sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários. Logo matéria regida por leis federais. O segundo relaciona-se com a competência do Distrito Federal para criar empresas públicas e sociedades de economia mista, que não pode ser exercida contrariando as normas federais que as regem (cita como exemplo o art. 6º do projeto que inverte o sentido do art. 162, § 3º, da Lei Federal nº 6.404, de 15/12/1976).

Além disso, alega o Senhor Governador que a proposição adentra em questões reservadas à competência do Chefe do Poder Executivo, já que somente lei de sua iniciativa pode dispor sobre órgãos e entidades do Distrito Federal, aqui incluídas as regras sobre seus conselhos de administração fiscal.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Relato ad hoc. Chico Leite - PT
Câmara
REP. MISTERIOSA - PT
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL N.º 248 / 2011
FOLHA 60 RUBRICA



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2014	15h20min	96 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	17

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do voto.

O voto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o voto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – O acordo no Colégio de Líderes é pela rejeição. Portanto, voto “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2014	15h20min	96 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	18

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 12 votos contrários e 12 ausências.

Não há *quorum* para deliberação. Portanto, não há como deliberarmos sobre o referido voto.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que inclua o item nº 90, sobre a derrubada do voto total, que foi acordado com os Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado, eu não tenho nenhuma dificuldade, só que nesse momento nós precisamos de pelo menos mais um Deputado. Infelizmente, não temos *quorum* para deliberar sobre os vetos.

Indago aos Srs. Deputados se suspendemos a sessão para aguardarmos a chegada dos Parlamentares.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que V.Exa. suspenda a sessão por quinze minutos ou até que se complete o *quorum*. Caso isso não ocorra, V.Exa. poderá encerrar a sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Acolho a sugestão de V.Exa.

A Presidência vai suspender os trabalhos durante quinze minutos. Caso tenhamos o *quorum* antes desse tempo, retomaremos a sessão.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h12min, a sessão é reaberta às 16h25min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está reaberta a sessão.

Convido o Deputado Robério Negreiros a secretariar os trabalhos da Mesa.

Estão presentes os Deputados Joe Valle, Wellington Luiz, Cláudio Abrantes, Olair Francisco, Chico Vigilante, Arlete Sampaio, Alírio Neto, Robério Negreiros, Benedito Domingos e Wasny de Roure. Não há *quorum* para deliberação.

Por gentileza, estamos em pleno exercício da sessão desta Casa. Creio que se há insatisfação com os Deputados ausentes, a questão é procurá-los, porque os que estão aqui são os que têm condição de votar. De toda maneira, o Sr. Secretário procederá à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*, para prosseguirmos na votação do voto cujo relatório foi lido.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2014	15h20min	96 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	19



VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
6^a LEGISLATURA - 4^a SESSÃO LEGISLATIVA – 2013/2014

DEPUTADO (A)	PART.	PRESENTE	AUSENTE
AGACIEL MAIA	PTC		X
ALÍRIO NETO	PEN	X	
AKLETE SAMPAIO	PT	X	
AYLTON GOMES	PR		X
BENEDITO DOMINGOS	PP	X	
CELINA LEÃO	PDT		X
CHICO LEITE	PT		X
CHICO VIGILANTE	PT	X	
CLÁUDIO ABRANTES	PT	X	
CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X
DR. MICHEL	PP		X
ELIANA PEDROSA	PPS		X
EVANDRO GARLA	PRB		X
JOE VALLE	PDT	X	
LILIANE RORIZ	PRTB	X	
OLAIR FRANCISCO	PTdoB		X
PATRÍCIO	PT		X
PAULO RORIZ	PP		X
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV		X
ROBERIO NEGREIROS	PMDB	X	
RÔNEY NEMER	PMDB		X
WASHINGTON MESQUITA	PTB		X
WELLINGTON LUIZ	PMDB	X	
WASNY DE ROURE	PT	X	
TOTAL		10	14

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 11 2014	15h20min	96 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	20

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Estão presentes 10 Deputados. Não há *quorum*.

Registro o atestado médico da Deputada Eliana Pedrosa. S.Exa. foi submetida a tratamento, portanto está justificada a ausência da nobre Deputada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h28min.)